



Entre beiras e o rio: mapeamento da Comunidade Quilombola Andorinhas, Sento Sé, Bahia, Brasil

Between banks and the river: the past and present of the Andorinhas Quilombola Community, Sento Sé, Bahia, Brazil

LIMA-VERDE, D. C. A.¹; MACHADO, P. H.²; LIMA, P. H. C.³; BIANCHINI, F.⁴; FREITAS, C. G.⁵; SILVA, R. C. P. A.⁶; BRAGA, M. R.⁷

¹Bolsista Embrapa Alimentos e Territórios, diegolimaverdefs@gmail.com; ²Universidade Federal do Vale do São Francisco, artejurema@gmail.com Instituição; ³Embrapa Alimentos e Territórios, paola.cortez@embrapa.com.br; ⁴Embrapa Alimentos e Territórios, fabricio.bianchini@embrapa.br; ⁵Bolsista Embrapa Alimentos e Territórios, carlaise.univasf@gmail.com; ⁶Universidade de Pernambuco, roselycamilla@gmail.com; ⁷4 Comissão Pastoral da Terra, marinarochabraga@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Ancestralidade, terra e território

Resumo: As comunidades da Borda do Lago da barragem de Sobradinho, no Submédio São Francisco baiano, fazem parte de uma das mais impactantes histórias de extermínio de modos de vida protagonizados pelo Estado brasileiro. A Comunidade Quilombola Andorinhas, umas das atingidas pela barragem, vive novamente ameaçada devido a uma empresa da mineração que tenta se instalar em seu território. O objetivo deste trabalho foi sistematizar um mapa que mostra o geoambiente do território antes e depois da barragem. Este mapa será utilizado como documento jurídico no processo de enfrentamento às invasões das terras. Através de oficinas coletivas e dados de acesso público, foi possível sistematizar através do Software ArcGIS 10.2 um mapa que possibilitou resgatar as conexões com a paisagem que constituía a existência da comunidade antes da barragem. No mesmo mapa, também foi feito um levantamento geográfico do atual território. Essa auto-cartografia tem a função social de organização interna da Comunidade.

Palavras-chave: cartografia social; conflito agrário; mapeamento agroecológico.

Introdução

O modelo de desenvolvimento econômico do país tem cobiçado cada vez mais os territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais para implantação de grandes projetos do agronegócio, hidronegócio, mineradoras e empreendimentos de energia eólica e solar, provocando o aumento de grilagem de terras, especulação fundiária e conflitos agrários (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019). Embora estejam previstas para comunidades tradicionais medidas e políticas públicas prioritárias, o Estado não cumpre com o dever de proteger o modo de vida tradicional. A negação de direitos pelo Estado nos territórios ocupados tradicionalmente pelos povos e comunidades torna esses espaços cada vez mais vulneráveis à invasão de empreendimentos. Situação que tem interferido no modo de vida das comunidades tradicionais, provocando violações de direitos humanos e ameaças contra as vidas de famílias e lideranças comunitárias (DIAS, 2020).



As comunidades tradicionais da Borda do Lago da barragem de Sobradinho, no Submédio São Francisco baiano, fazem parte de uma das mais impactantes histórias de extermínio de modos de vida protagonizados pelo Estado brasileiro. Na década de 1970, a construção da Hidrelétrica de Sobradinho retirou à força mais de 70 mil pessoas de suas terras ocupadas secularmente (SIQUEIRA, 2017). Muitas lembranças sobre a época ainda estão bem vivas na memória do povo, histórias que mostram a crueldade intencional de um projeto de eliminação de vidas e territórios ancestrais. A resistência feita por várias comunidades evitando as realocações para locais sem infraestrutura e equidade de recursos naturais, possibilitou a reinvenção desses povos ribeirinhos a uma nova margem de rio que se formava na época (MARTINS-COSTA, 1989).

Os anos se passaram e mais uma vez o Estado, alinhado aos megaempreendimentos estrangeiros, fez reviver na mente do povo o passado nunca esquecido. Segundo informações divulgadas no site da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022), em Sento Sé, um dos quatro municípios atingidos pela construção da barragem, as comunidades remanescentes que vivem na Borda do Lago, estão ameaçados pela chegada de um megaempreendimento estrangeiro, uma lavra de mineração de ferro a céu aberto que se instalou sem a realização de consulta prévia, livre e informada como está previsto na Convenção n°169 da Organização Internacional do Trabalho (Conferência Geral da OIT, 1989). Entre essas comunidades ameaçadas, está a Comunidade Quilombola de Andorinhas, que além de sofrer impactos socioambientais da mineradora já instalada, convive com as investidas de outro empreendimento da mineração que tenta se instalar em seu território. A comunidade organizada tem enfrentado a entrada de pesquisadores da empresa que tentam invadir o território sem a autorização dos moradores (CPP, 2021). Diante desses desafios, a comunidade decidiu iniciar a construção do Mapeamento Agroecológico (BIANCHINI, et al. 2020) para fortalecer a organização comunitária e mobilização para a defesa do território. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi sistematizar o mapa que mostra o geoambiente do território antes e depois da construção da barragem. Este mapa irá compor o fascículo territorial da Comunidade Quilombola de Andorinhas que será utilizado como documento jurídico no processo de enfrentamento às invasões de suas terras.

Metodologia

Este trabalho teve início no primeiro semestre de 2023, a partir da articulação entre a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Comunidade Quilombola de Andorinhas e a Embrapa Alimento e Territórios (Maceió – AL). As ações estão previstas no projeto Segurança Alimentar e Nutricional e de geração de renda para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais do Semiárido brasileiro, no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara, segunda fase (PDHC II), por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) assinado pelo Ministério do Desenvolvimento



Agrário, com recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, tendo a Fundação Arthur Bernardes como parceira na execução financeira.

O Território da Comunidade Quilombola de Andorinhas é formada por 68 famílias que vivem da criação de animais, pesca artesanal, agricultura e apicultura, estando localizado nas coordenadas geográficas 9°44'0.19" de latitude Sul e 41°58'25.38" de longitude Oeste. Está inserido no Território de Identidade Sertão do São Francisco, Semiárido baiano, a cerca de 700 km da capital Salvador e a 20 km da sede do município. A comunidade faz parte da Comissão Todos Pela Vida, que é uma articulação de comunidades de Sento Sé atingidas pela mineração que desde 2019 vem discutindo e criando estratégias de combate aos abusos cometidos pela empresa instalada na região. Como estratégia de enfrentamento a tais ameaças, a comunidade decidiu iniciar a construção de um mapeamento das experiências e processos socioprodutivos existentes no território.

Foram realizadas duas oficinas coletivas para o levantamento de dados sobre os subsistemas produtivos, áreas de uso comum, locais de vivência comunitária e histórico da comunidade. Na primeira oficina foi elaborado previamente um mapa do território com imagem obtida a partir da Câmera Multiespectral e Pancromática de Ampla Varredura (WPM) do satélite CBERS 04. Nesta oficina foram divididos quatro grupos contemplando a participação de bons conhecedores do território, lideranças, bem como diferentes faixas etárias e gênero. Cada grupo ficou responsável por um tema para discutir e apontar no mapa base os locais que a comunidade considera de relevância.

Posteriormente, através do Software ArcGIS 10.2, deu-se início ao procedimento de sistematização dos dados levantados. Um dos mapas construídos para a segunda oficina tratou do contexto histórico da comunidade, para isso, foi acessado a plataforma do Banco de Dados Geográficos do Exército brasileiro (BDGEX, 2023) que disponibiliza cartas topográficas matriciais detalhadas da região elaborados na década de 1950. A partir das cartas matriciais, foi possível produzir um conjunto de dados vetoriais shapefile do antigo leito do rio, das ilhas, lagoas marginais e do local de moradia das comunidades antes de serem submersas pela barragem. Também foi utilizado o Modelo Digital de Elevação (MDE) para a determinação das classes de declividade da atual área do território da comunidade, obtidos a partir de imagens da missão SRTM (Shuttle Radar Topographic Mission), onde estão distribuídos gratuitamente no site do Banco de dados Topodata/INPE. A aquisição dos dados secundários foi por meio de plataformas governamentais oficiais. Este mapa do contexto histórico foi usado na segunda oficina com o intuito de aprofundar as informações sobre o espaço de vivência da comunidade. Novamente, os dados foram sistematizados para produção do mapa final sobre o histórico do antes e depois da barragem.



Resultados e Discussão

Os esforços cartográficos resultaram na elaboração de um mapa (Figura 1) que possibilitou resgatar as conexões com a paisagem que constituía a existência da comunidade de Andorinhas antes da construção da barragem. No mesmo mapa, também foi possível fazer um levantamento do espaço geográfico que representa o atual território da comunidade.

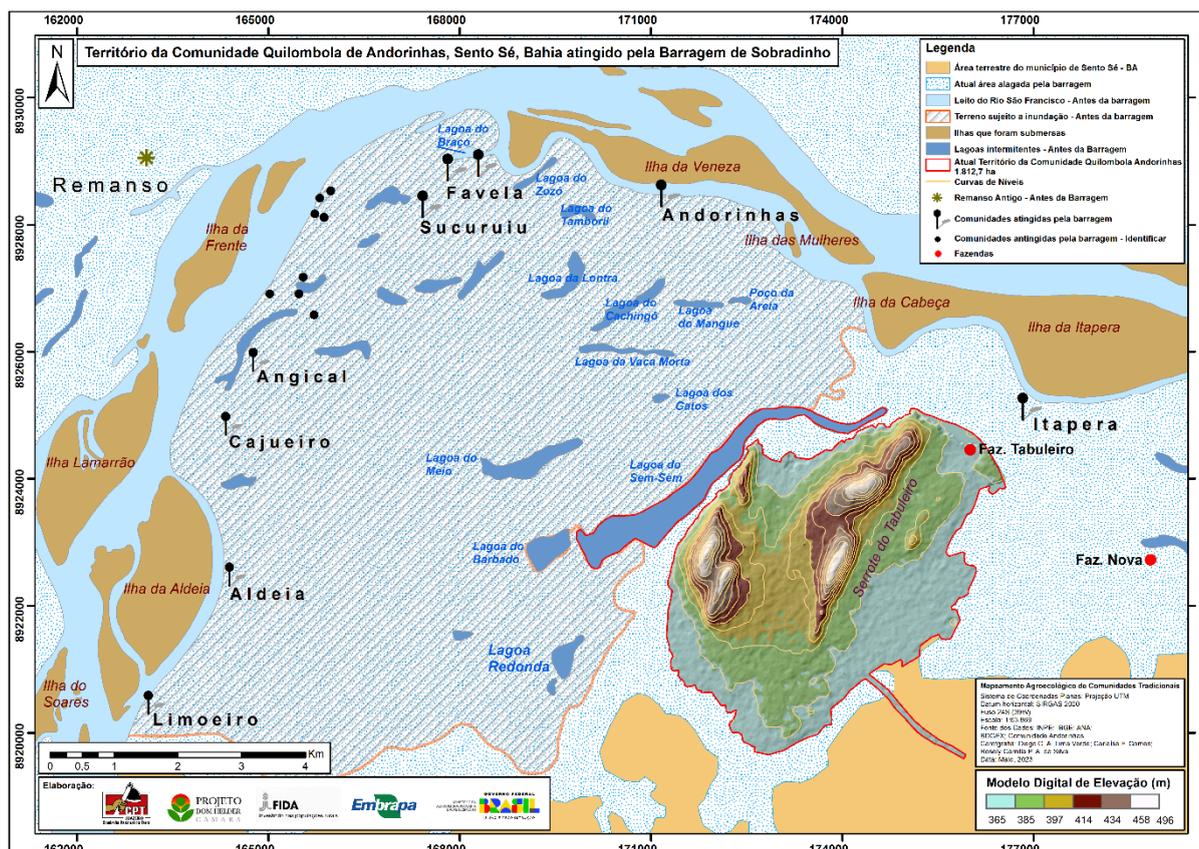


Figura 1: Mapa da Comunidade Quilombola de Andorinhas, Sento Sé, Bahia, atingido pela barragem de Sobradinho.

Nas duas oficinas, a partir da escala cartográfica utilizada, a comunidade identificou o nome de treze lagoas que faziam parte do território e que eram compartilhadas com outras comunidades da região. Estas lagoas estavam localizadas em uma área de inundação que formava poças e lagoas marginais na época de estiagem e que, posteriormente, se reconectavam com o rio na cheia seguinte. Esta dinâmica das enchentes periódicas da rede hidrográfica favorecia a pesca artesanal e constituía o modelo de agricultura denominado como “lameiro” (BRITO, 2020). Outra recordação que o mapa possibilitou (ALMEIDA, 2013), foram as ilhas submersas, um total de oito foram identificadas. A Ilha da Veneza, que ficava em frente a comunidade, era onde se faziam as roças. Nas cheias, a ilha ficava parte submersa, logo que as águas baixavam, as terras ficavam férteis, prontas para serem cultivadas.



Das dezessete comunidades que nesta escala do mapa apareciam nas cartas matriciais do Exército, nove foram identificadas na oficina, sendo que apenas quatro resistiram a realocação e se estabeleceram na nova margem formada, são elas: Limoeiro, Aldeia, Andorinhas e Itapera. A área onde hoje é o território autodemarcado da comunidade, já era considerado como parte da comunidade antes da construção da barragem. Este espaço era utilizado para o extrativismo de frutas nativas e mel. A distância da Andorinhas “Velha” para o local onde a comunidade se restabeleceu é de 4,03 km. O território atual se restringe a 1.812,7 ha, composto por duas serras denominadas Serra Grande e Serra de Andorinhas, com altitude média de cerca de 500 metros em relação ao nível do mar. A Lagoa do Sem-sem, apesar de estar submersa, é considerada pela comunidade como o principal local de pesca, sendo também, uma área autodemarcada pela comunidade.

A terra e o território dos povos e comunidades tradicionais representam a base fundamental para a manutenção dos saberes e práticas da agroecologia. A supressão dos geoambientes tradicionais com intuito de expandir o domínio de grandes empreendimentos capitalistas provoca a diminuição dos espaços de vivências desses grupos, conseqüentemente, isso restringe a garantia de reprodução do modo de vida tradicional para as próximas gerações (ALMEIDA, 2013). Tratar das perdas geoespaciais ocasionadas por essas problemáticas e pensar estratégias de enfrentamento a novas ameaças territoriais fortalece a estrutura organizacional desses grupos sociais.

Conclusões

Esse impacto socioambiental de circunstâncias penosas a qual a comunidade de Andorinhas foi submetida mostra a ausência do Estado nos cuidados dirigidos às populações que foram atingidas. A continuidade desses conflitos por terra e água, reflete a insuficiência da aplicação de leis e falta de políticas que assegurem o direito aos Povos e Comunidades Tradicionais a viver e permanecer em suas terras. Essa auto-cartografia tem a função social de organização interna da Comunidade, para que esta possa criar estratégias para enfrentar as ameaças representadas por projetos de interesses externos aos das comunidades e para que tais grupos promovam a divulgação das ameaças.

Agradecimentos

A Comunidade Quilombola Andorinhas pela coragem de enfrentar os invasores.

Referências bibliográficas

A comunidade Andorinhas, de Sento Sé (BA), expulsou pesquisadores das mineradoras de seu território no dia de ontem. Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021. Disponível em:



https://www.facebook.com/cppnacional/videos/a-comunidade-andorinhas-de-sento-s%C3%A9-ba-expulsou-pesquisadores-das-mineradoras-de/744711219820484/?locale=ms_MY. Acesso em: 12 de jul. 2023.

ALMEIDA, Alfredo W. B. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e comunidades tradicionais. Nova cartografia social, p. 157-173, 2013.

AMARAL, Adzamara R. P.; DOS SANTOS, Juracy M. The construction of the Sobradinho Dam and the relocation of the residents of Velha Sento-Sé to Nova Sento Sé/Bahia. International Journal of Advanced Engineering Research and Science, v. 6, n. 8, 2019.

BIANCHINI, Fabrício; BIANCHINI, Paola; BARRETO, Rebeca; da CUNHA, Paulo. A. F. Manejo da agrobiodiversidade em sistema agrícola tradicional fundo de pasto: comunidade de Ouricuri, Uauá-BA. 2020. Infoteca Embrapa.

BRASIL. EXERCITO BRASILEIRO. O Banco de Dados Geográficos do Exército BDGEx). 2023. Disponível em: <https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

BRITO, Ellen de M. Memórias submersas: o ativismo revelando os atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho-BA. 2020.

Comunidades Tradicionais da Borda do Lago do município de Sento Sé debatem resultados de Mapeamento Agroecológico e Cartografia Social. Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia, 2022. Disponível em: <https://cptba.org.br/comunidades-tradicionais-da-borda-do-lago-do-municipio-de-sento-se-recebem-mapeamento-agroecologico-e-cartografia-social/>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

DIAS, Simone C. S. Os impactos socioambientais e suas ameaças ao modo de vida das comunidades tradicionais de fundo de pasto na Bahia. Oficina do Historiador, v. 13, n. 2, p. e37930-e37930, 2020.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Indigenous peoples, traditional communities and the environment: The 'territorial question' under the new developmentalist agenda in Brazil. The Brazilian Left in the 21st Century: Conflict and conciliation in peripheral capitalism, p. 205-236, 2019.

MARTINS-COSTA, Ana L. B. Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n. 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989.



SIQUEIRA, Ruben. Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco. EXTRAMUROS-Revista de Extensão da UNIVASF, v. 5, n. 2, p. 5-21, 2017.